

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

| | |
|-------------------------------------|----------------|
| Chefe de Estado: | Joseph Kabila |
| Chefe de governo: | Adolphe Muzito |
| Penal de morte: | retencionista |
| População: | 67,8 milhões |
| Expectativa de vida: | 48,4 anos |
| Mortalidade de crianças até 5 anos: | 198,6 por mil |
| Taxa de alfabetização: | 66,8 por cento |

A impunidade para os crimes previstos no direito internacional persistiu na República Democrática do Congo (RDC), embora tenha havido alguma melhoria. As forças de segurança do governo e grupos armados cometeram muitas violações de direitos humanos no leste do país. Nove soldados das forças armadas congoleesas, incluindo um tenente-coronel, foram condenados por crimes contra a humanidade, particularmente violações, cometidas a 1 de janeiro na cidade de Fizi, em Kivu-Sul. Em fevereiro, foram sentenciados a penas de prisão, num raro exemplo de rápida responsabilização dos perpetradores perante a justiça. No entanto, as investigações sobre outros casos de violações em massa cometidas por membros do exército nacional e por grupos armados estavam paralisadas. As eleições gerais foram marcadas por várias violações de direitos humanos, incluindo homicídios e prisões arbitrárias por parte das forças de segurança. Defensores dos direitos humanos e jornalistas enfrentaram intimidações e restrições das suas liberdades de expressão e de associação.

Antecedentes

A residência presidencial e um acampamento militar em Kinshasa foram atacados, a 27 de fevereiro, numa ação que o governo chamou de “golpe de Estado”. Uma onda de prisões arbitrárias seguiu-se ao ataque, dirigida principalmente contra pessoas da província de Equateur.

As segundas eleições presidenciais e legislativas realizadas na RDC desde sua independência aconteceram a 28 de novembro. A 5 de janeiro, uma emenda constitucional mudou o sistema de eleições presidenciais, que passou de um processo de dois turnos de votação para um sistema de turno único, no qual vence o candidato com maior número de votos. Esta emenda, somada a problemas logísticos, como atrasos no calendário eleitoral e controvérsias sobre a revisão dos cadernos eleitorais, aumentou as tensões entre a coligação da maioria presidencial e a oposição.

O exército nacional – Forças Armadas da República Democrática do Congo (FARDC) – continuou as suas operações militares contra grupos armados estrangeiros nas regiões leste e norte da RDC, entre os quais estão as Forças Democráticas de Libertação de Ruanda (FDLR), o Exército de Resistência do Senhor (LRA) e as Forças Democráticas Aliadas/Exército Nacional de Libertação do Uganda (ADF/NALU), o que provocou novos deslocamentos de civis. Em janeiro, o exército nacional iniciou a retirada de tropas para treino e recolocação, como parte de seu processo de reestruturação. Isso levou à retomada, por parte de grupos armados, de áreas antes controladas pelas

FARDC e à deserção de outros grupos recentemente integrados no exército. As condições de segurança deterioraram-se nas regiões de Kivu-Sul e Kivu-Norte com a intensificação das atividades das FDLR, do grupo Mayi-Mayi Yakutumba e das Forças Nacionais de Libertação do Burundi (FNL). O plano de reconfiguração do exército e o decreto presidencial de 31 de dezembro de 2010 para a distribuição de postos dentro das FARDC criaram dificuldades adicionais ao processo já conturbado de integração de antigos grupos armados nas FARDC.

A 28 de junho, a resolução 1991 (2011) do Conselho de Segurança da ONU prorrogou até 30 de junho de 2012 o mandato da Missão de Estabilização das Nações Unidas na RDC (MONUSCO). A resolução reiterou que futuras configurações da MONUSCO deveriam ser determinadas com base na evolução das condições de segurança em campo e no cumprimento de objetivos, tais como a melhoria da capacidade do governo de proteger a população. O mandato incluiu apoio técnico e logístico para as eleições e apoio continuado a um número limitado de operações militares das FARDC.

Abusos cometidos por grupos armados

Segundo relatos, grupos armados, incluindo LRA, FDLR, FNL, ADF/NALU e vários grupos Mayi-Mayi, cometeram numerosos abusos de direitos humanos contra a população civil. Tais abusos incluem violações, assassinatos, saques e sequestros, especialmente na antiga província Orientale e nas de Kivu-Sul e Kivu-Norte. Grupos armados Mayi-Mayi atacaram civis em protesto contra o governo apesar da política governamental de integrar grupos armados nacionais no exército como forma de promover a cessação dos combates.

Segundo relatos, o antigo grupo armado Congresso Nacional pela Defesa do Povo (CNDP), integrado no exército nacional em 2009, embora mantendo sua autonomia, foi responsável por violações de direitos humanos que incluem homicídios e prisões arbitrárias. Disputas entre o exército e grupos armados pelo controle de áreas de mineração também agravaram as condições de segurança e levaram a novos abusos.

De acordo com relatos, em maio, combatentes das FDLR sequestraram 48 pessoas e saquearam várias casas no território de Mwenga, em Kivu-Sul.

Durante todo o ano, o LRA sequestrou civis e forçou-os a carregar bens saqueados na antiga província de Orientale. O LRA continuou a representar uma séria ameaça à população civil, forçando milhares de pessoas a fugir. Grupos armados também atacaram funcionários de organizações humanitárias em diversas ocasiões.

Homicídios

Os períodos que antecederam e se seguiram às eleições foram marcados por homicídios e por dezenas de prisões arbitrárias por parte das forças de segurança, entre as quais a Guarda Republicana.

■ A 4 de outubro, segundo relatos, o Mayi-Mayi Yakutumba emboscou um veículo da ONG congoleza *Eben-Ezer Ministry International*, matando sete pessoas, quatro das quais funcionárias da ONG, em Kalongwe, território de Fizi, em Kivu-Sul.

■ Desde dezembro de 2010, houve relatos de execuções sumárias, violações e saques cometidos por soldados das FARDC e por agentes da polícia nacional (PNC) na

comunidade Mbororo, nos territórios de Ango, Banda e Buta, na antiga província de Orientale.

■ Depois do Presidente Kabila ter sido declarado vencedor do ato eleitoral a 9 de dezembro, houve relatos de que as forças de segurança congoleesas teriam matado pelo menos 24 pessoas, a maioria delas em Kinshasa.

Violência contra mulheres e meninas

A violação e outras formas de violência sexual continuam endêmicas, sendo cometidas tanto pelas forças de segurança do governo, incluindo a PNC, como por grupos armados. A violência sexual é, muitas vezes, acompanhada de outras formas de violações de direitos humanos, como saques e tortura. Embora tenham ocorrido alguns julgamentos, a impunidade continuou disseminada, e as vítimas frequentemente foram ameaçadas. As vítimas de violação e de outros abusos sexuais não têm acesso a assistência e apoio adequados e continuaram a ser estigmatizadas. Os homens submetidos a esses abusos são especialmente marginalizados.

■ A 31 de dezembro de 2010 e 1 de janeiro de 2011, segundo relatos, soldados das FADRC praticaram violações e outros abusos sexuais em massa nas aldeias de Bushani e Kalambahiro, território de Masisi, em Kivu-Norte.

■ A 1 e 2 de janeiro, soldados das FARDC cometeram inúmeras violações e outros abusos sexuais na cidade de Fizi, em Kivu-Sul.

■ A 27 de abril, um agente da PNC alegadamente violou uma menina de 16 anos em Mbuji-Mayi, na província de Kasai Oriental.

■ Entre novembro de 2010 e janeiro de 2011, combatentes das FDLR violaram pelo menos 102 mulheres e uma menina durante ataques a aldeias nas províncias de Katanga e de Kivu-Sul.

■ Em junho, após conflitos entre o Mayi-Mayi Sheka e a *Aliança dos Patriotas por um Congo Livre e Soberano*, membros de ambos os grupos armados, segundo informações, cometeram violações em massa em Mutongo e nas aldeias vizinhas, no território de Walikale, em Kivu-Norte.

Crianças soldados

Os grupos armados e as FADRC continuaram a recrutar e utilizar crianças, especialmente no leste do Congo, apesar de centenas delas terem sido libertadas. As crianças continuaram a ser sequestradas por grupos armados, particularmente o LRA e as FDLR, e usadas como combatentes, espias, escravas sexuais ou carregadoras. Embora as FADRC tenham formalmente deixado de recrutar crianças em 2004, nenhum plano de ação foi adotado para afastar as crianças das forças armadas, como exigem as resoluções 1539 (2004) e 1612 (2005) do Conselho de Segurança da ONU.

Pessoas internamente deslocadas e refugiados

Estima-se que 1,57 milhões de pessoas continuem deslocadas na RDC, entre as quais 1 milhão está nas regiões de Kivu-Sul e Kivu-Norte. As condições de vida continuavam precárias, tanto nos acampamentos quanto nas comunidades anfitriãs.

Em julho, a RDC, Uganda e o ACNUR, a agência da ONU para os refugiados, assinaram um acordo para a repatriação voluntária de 32 mil congoleses refugiados que vivem no Uganda.

Os Cidadãos e cidadãs congoleses continuaram a ser expulsos de Angola e enviados de volta à RDC. Segundo relatos, algumas dessas pessoas sofreram violações de direitos humanos em Angola, incluindo violação sexual.

Tortura e outros maus-tratos

Tortura e outros maus-tratos foram cometidos por grupos armados e pelas forças de segurança governamentais, inclusive as FADRC, a polícia nacional, a Agência Nacional de Inteligência e a Guarda Republicana. As forças de segurança praticaram com frequência tortura e outros maus-tratos em instalações de detenção, após prisões arbitrárias. Funcionários de ONG e da ONU continuaram a ter o acesso negado a muitas instalações; celas de detenção secretas e ilegais continuavam em uso.

Em julho, a RDC promulgou uma lei criminalizando a tortura. A implementação desta lei permanece um grande desafio, uma vez que os serviços de segurança continuam a praticar tortura e outros maus-tratos, inclusive em instalações de detenção clandestinas.

■ Entre 27 de julho e 1 de agosto, durante uma operação militar no território de Rutshuru, em Kivu-Norte, soldados das FADRC teriam prendido arbitrariamente 27 pessoas em retaliação, pela suposta colaboração com as FDLR. De acordo com relatos, pelo menos oito delas foram submetidas a tortura e a outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, bem como a trabalho forçado.

■ A 13 de abril, em Vusamba, território de Lubero, em Kivu-Norte, um homem detido pela PNC foi flagelado 40 vezes, antes de ser libertado, por não poder pagar os US\$40 (cerca de 32 Euros) exigidos para a sua libertação.

Pena de morte

Tribunais militares continuaram a sentenciar à morte um grande número de pessoas, incluindo civis. Nenhuma execução foi relatada. A 23 de junho, quatro polícias foram sentenciados à morte por sequestrarem e assassinarem um destacado defensor de direitos humanos (veja abaixo).

Impunidade

O sistema de justiça continuou, de um modo geral, incapaz de assegurar justiça e reparação às vítimas. A impunidade para as violações de direitos humanos e do direito humanitário internacional, sejam do passado ou atuais, continuou generalizada, apesar de alguns julgamentos e condenações. Os suspeitos de crimes previstos na legislação internacional não foram afastados de seus cargos, nem levados à justiça. A falta de recursos, a corrupção e as interferências políticas e militares continuaram a paralisar os tribunais em todo o país. Dezenas de civis foram julgados por tribunais militares.

O ministro da Justiça e dos Direitos Humanos submeteu um projeto de lei para instituir um tribunal especial, composto por membros congoleses e estrangeiros, com competência sobre genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra. O Senado rejeitou o projeto de lei a 22 de agosto.

■ A 21 de fevereiro, o tribunal militar de Kivu-Sul, na cidade de Baraka, sentenciou nove oficiais das FADRC a penas de 10 a 20 anos de prisão por crimes contra a humanidade, incluindo violações, cometidos durante um ataque na cidade de Fizi, a 1 e 2 de janeiro.

As investigações iniciadas noutros casos avançaram lentamente.

■ As investigações relacionadas com violações e abuso sexual sistemáticos de mais de 300 mulheres, homens, meninos e meninas, cometidos em julho e agosto de 2010, no território de Walikale, em Kivu-Norte, conduziram ao julgamento de oito suspeitos, dos quais apenas um se encontrava detido. As audiências foram suspensas depois de iniciado o processo, a 1 de novembro, devido à decisão do tribunal de transferir o julgamento para Walikale.

As investigações judiciais relativas a violações e abusos sexuais em massa e outras violações de direitos humanos, cometidas por soldados das FADRC nas aldeias de Bushani e Kalambahiro, avançaram pouco.

Condições nas prisões

As prisões continuam a necessitar de recursos que assegurem aos detidos condições compatíveis com os padrões mínimos internacionais. Muitos presos morreram em consequência de condições precárias de detenção. Instalações deterioradas não permitem a efetiva separação entre mulheres e homens, nem a separação dos detidos que aguardam julgamento daqueles que já foram condenados. Fugas da prisão ocorreram em todo o país devido à limitação de recursos e à escassa infraestrutura.

A 7 de setembro, 963 presos escaparam da prisão de Kasapa, em Lubumbashi, antiga província de Katanga, após um ataque armado. Entre os fugitivos estava Gédéon Kyungu Mutanga, ex-comandante do grupo Mayi-Mayi, que fora condenado, em março de 2009, por crimes de guerra, crimes contra a humanidade e terrorismo.

Defensores dos direitos humanos

As Forças de segurança governamentais e os grupos armados continuaram a atacar e a intimidar defensores dos direitos humanos, incluindo com ameaças de morte e prisões.

■ A 28 de janeiro, segundo relatos, o presidente de uma ONG local que tinha protestado contra a exploração ilegal de recursos naturais, facilitada pelas autoridades provinciais, foi detido na cidade de Gemena, província de Equateur. De acordo com relatos, a sua ordem de prisão alegava como motivo o “incitamento à rebelião”.

■ A 1 e 2 de fevereiro, o presidente e o vice-presidente da Associação Africana para a Defesa dos Direitos Humanos receberam ameaças de morte após uma conferência de imprensa durante a qual criticaram a reforma constitucional do sistema de eleições presidenciais.

■ A 23 de junho, o tribunal militar de Kinshasa/Gombe sentenciou à morte cinco polícias pelo sequestro e assassinato de Floribert Chebeya, um destacado defensor de direitos humanos, e pelo desaparecimento de seu motorista, Fidèle Bazana, em junho de 2010. Outras pessoas chave alegadamente envolvidas não foram investigadas.

Liberdade de expressão

As autoridades administrativas e os serviços de segurança impuseram restrições às liberdades de expressão e de associação. As forças de segurança governamentais reprimiram manifestantes com recurso ao uso da força, e os confrontos ocorreram entre apoiantes de vários partidos políticos.

Jornalistas

Muitos jornalistas foram ameaçados, presos arbitrariamente, processados, intimidados, avisados pelas autoridades estatais para não noticiarem determinados assuntos e, em alguns casos, assassinados devido ao trabalho realizado. Essas violações intensificaram-se no contexto das eleições gerais.

Estações de rádio e canais de televisão receberam ordens oficiais de suspensão e as suas instalações foram alvo de violência politicamente motivada.

■ A 21 de junho, em Kirumba, Kivu-Norte, um jornalista de uma rádio comunitária foi morto a tiro por um homem não identificado, após comentários que ele teria feito sobre as condições de segurança na região.

■ A 1 de setembro, um jornalista foi espancado por agentes da Unidade de Resposta Rápida da Polícia Congoleza ao cobrir uma manifestação de um partido de oposição, em Kinshasa/Gombe.

Justiça Internacional

O Tribunal Penal Internacional (TPI) estava prestes a emitir sentença, em janeiro de 2012, no caso de Thomas Lubanga, acusado de crimes de guerra relacionados com o recrutamento e uso de crianças menores de 15 anos para o grupo armado *União dos Patriotas Congolezes*, em Ituri.

■ Em janeiro, o caso de Callixte Mbarushimana, secretário das FDLR, foi transferido para o TPI, após a sua prisão em França, em outubro de 2010. A 16 de dezembro, a Câmara de Instrução do TPI não confirmou as acusações contra ele e ordenou sua imediata libertação. A 20 de dezembro, a Câmara de Recursos do TPI negou o recurso do Promotor contra essa decisão. Callixte Mbarushimana foi libertado a 23 de dezembro e regressou a França, onde decorria uma investigação sobre seu suposto envolvimento no genocídio no Ruanda, em 1994.

■ O julgamento de Ignace Murwanashyaka e Straton Musoni, líderes das FDLR, teve início em maio, em Estugarda, na Alemanha, onde estavam a viver. Ambos foram acusados de crimes contra a humanidade e crimes de guerra.

■ Em outubro, o presidente da RDC reiterou a recusa das autoridades de entregar Bosco Ntaganda ao TPI, que solicita a sua prisão e rendição desde 2006 devido a acusações de crimes de guerra relacionados com o recrutamento e uso de crianças em conflitos armados.

Visitas/relatórios da AI

✉ Uma delegação da Amnistia Internacional visitou a RDC em março, julho e novembro.

📄 Democratic Republic of the Congo: Human rights concerns in the run up to presidential election campaigns (AFR 62/002/2011)

📄 The time for justice is now: New strategy needed in the Democratic Republic of the Congo (AFR 62/006/2011)

📄 Democratic Republic of the Congo: From occasional outrage to sustained response – the need for the Human Rights Council to play a role in the areas of judicial reform and the fight against impunity (AFR 62/009/2011)

📄 Democratic Republic of the Congo: Colonel's rape conviction is first step on road to justice (PRE01/078/2011)

📄 DRC: Post-election intimidation through arrests must end (PRE01/634/2011)